

O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO



EDITORIAL: MARIGHELLA, A ESQUERDA E O SENTIDO DA REVOLUÇÃO

PG.2

AUMENTO DA PASSAGEM DO FERRYBOAT: O ÔNUS DA CLASSE TRABALHADORA DIANTE DA PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO PRECÁRIO

PG.4

O PATRIMÔNIO DA BAHIA NÃO PODE ESTAR À VENDA!

PG.6

A CONTÍNUA LUTA PELA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NAS UEBAS

PG.8

ENTREVISTA DO MOMENTO: EDMILSON COSTA

PG. 9

O CRIME DA BRASKEM EM MACEIÓ: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BARBÁRIE À LUTA CONTRA A MÁQUINA DE MOER SONHOS

PG.12

O POLICIAL É INIMIGO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PG.15

200 ANOS DE DOSTOIEVSKI – SOBREA POSSIBILIDADE DE UM NOVO MUNDO

PG.17

ESPAÇO CULTURAL - LETIERES LEITE

PG.19

MEMÓRIA - ENEIDA DE MORAES - ENEIDA

PG.20

Editorial: Marighella, a esquerda e o sentido da revolução



Por Milton Pinheiro

A crise brasileira tem alertado o conjunto das forças políticas de esquerda sobre o sentido das jornadas de combates que devem se desenvolver na atual quadra histórica. No cenário desvelado, estão as contendas que emergem das lutas de classes e colocam diversos impasses que precisam ser superados, para que possamos avançar no enfrentamento à ordem do capital em nossa particularidade. Não obstante, as lutas corporativas, por direitos e por liberdades democráticas, abrem a necessidade de examinar o sentido da transformação que deve pautar nossa luta e organização.

O quadro alarmante da conjuntura brasileira está configurado pela lógica política do governo Bolsonaro. Existe um procedimento de gestão que evidencia-se no ordenamento do caos controlado, que opera a destruição dos serviços públicos, que se efetiva no golpe por dentro das instituições, que privatiza o Estado, que organiza a presença de hordas neofascistas na animação do projeto de ruptura, que se alimenta no obscurantismo e no negacionismo presentes na cultura da violência social contra os pobres, pretos, periféricos e todos os segmentos atingidos pela lógica das opressões da sociabilidade capitalista.

Mesmo com as mais diversas contradições, as frações da burguesia interna encontraram seu ponto de unidade através da perspectiva de radicalizar as contrarreformas, operadas por Bolsonaro e pelo Centrão, para colocar o Estado brasileiro e seus serviços dentro das suas variadas carteiras de negócios. Mesmo que o projeto eleitoral dessas frações ainda não tenha encontrado uma unidade férrea, o Governo

Bolsonaro é completamente funcional aos interesses da burguesia brasileira e do consórcio internacional que ela integra.

Em contraponto ao projeto burguês, no campo da esquerda brasileira algumas questões fundamentais ainda não encontraram solução na práxis. O tempo histórico exige a reorganização da classe trabalhadora com efetiva centralidade em um programa de luta, sabendo que, para isso, é fundamental um projeto estratégico com capacidade de mobilização tática e trabalho de base. A unidade de ação precisa de uma maior qualificação, no sentido da construção de um programa anticapitalista e antiimperialista que possa colocar a classe em movimento e possibilite uma profunda alteração na correlação de forças.

Alguns movimentos no campo da unidade devem ser operados. Primeiro, uma articulação consistente entre centrais sindicais-movimentos-juventude-periferia na organização de uma poderosa greve nacional. Essa greve deve parar a circulação, a produção e os serviços públicos. Segundo, fortalecer o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes como um instrumento inovador e consequente, que deve construir uma unidade importante na perspectiva de um terceiro movimento - que seria a operação da ENCLAT (Encontro Nacional da Classe Trabalhadora), para que possamos dar um salto de qualidade na construção da frente anticapitalista e antiimperialista como um poderoso instrumento da esquerda brasileira na constituição do seu projeto de enfrentamento à ordem do capital.

Para além desses movimentos, devemos



enfrentar as ações e projetos divisionistas de forças políticas, que operam no campo dos hegemonismos burocráticos, da conduta autoproclamatória e da lógica irresponsável de agir como o braço esquerdo da direita entre nós, quando, por exemplo, atacam Cuba e nações que lutam contra o imperialismo.

Essas contradições da crise brasileira e os impasses na esquerda abrem um cenário para que possamos refletir em torno de uma questão: é necessário não ter medo de ser radical. Nessa chave para a ação, destaque-se o debate sobre o sentido da revolução.

Na ordem das incapacidades de resolução dos problemas da classe trabalhadora e do povo brasileiro, um segmento neofascista apresentou-se como polo antissistêmico e pseudo-radical. Esse agrupamento, difuso, conseguiu materializar o sentido da luta política para um contingente expressivo da população brasileira e elegeu o agitador fascista Jair Bolsonaro. No campo da esquerda, que consegue ter repercussão política, o sentido da transformação perdeu-se na lógica das mediações conciliatórias e afundou-se no pântano das pequenas políticas públicas e projetos dentro da ordem.

Precisamos construir um campo que não tenha medo de se apresentar de forma radical, e que compreenda o sentido da revolução. Muitos personagens da história da revolução brasileira encarnaram essa possibilidade. Contudo, pela popularização recente, apesar da reconstrução histórica palatável e mítica que tentam fazer dele, Marighella representa, com erros e acertos, um emblema do sentido da revolução brasileira. Não especificamente por sua presença na luta armada, mas pela perspectiva que colocava no projeto de luta pela transformação social que alimentava. É necessário, portanto, não cairmos no esvaziamento da luta política que fica encarcerada na disputa pelo aparelho de governo.

O sentido da revolução tem história e ação na práxis de Marighella, o comunista do PCB, que soube incendiar de paixão a luta pela transformação da realidade brasileira. Com esse sentido da revolução, engrandeceu a luta contra o Estado ditatorial de Getúlio Vargas, e com vigor militante, agiu na reconstrução do operador político da classe trabalhadora brasileira, o PCB; executou o melhor da sua capacidade política na organização do trabalho de base; e quando o processo eleitoral da retomada democrática se apresentava como uma batalha revolucionária, ele foi capaz de movimentar milhares na defesa do projeto que o Partido defendia, se elegendendo deputado federal pela Bahia.

Na volta à clandestinidade, foi uma das lideranças na organização da greve dos 300 mil, em São Paulo, e das imensas campanhas contra a Guerra da Coréia e em defesa do petróleo brasileiro. Quando considerou que a linha política do PCB devia mudar para responder à realidade em curso, agiu com determinação em diversos momentos: defesa da Declaração de Março de 1958, recomposição da Executiva Partidária em 1962, confronto interno depois do golpe burguês-militar de 1964, entrada na luta armada. Trata-se da constituição de um sentido para agir de forma radical, mesmo sem entrarmos no mérito do que poderia estar certo ou errado nessa orientação.

O que devemos entender, a partir de Marighella - sem particularizá-lo em algum momento específico -, é que o sentido da revolução é o compromisso radical com a transformação. É com esse sentido estratégico que devemos agir nas batalhas que lutamos, no trabalho de organização que realizamos, nos enfrentamentos que fazemos e no futuro que projetamos.



Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação

Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires,

João Abreu e Rafaela Fraga

Editora

Camila Oliver

Diagramação e Capa

João Abreu



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição

Manuella Logrado, Cleide de Lima Chaves,

Vinicius Kaiowá, Wellington Santos, João

Coimbra, Rafael Melo

Revisão

Camila Oliver, Gabriel Galego, Luiza Brandão e Rafaela Fraga

+55 (71) 99299-1368

contato@omomento.org

www.omomento.org

AUMENTO DA PASSAGEM DO FERRYBOAT: O ÔNUS DA CLASSE TRABALHADORA DIANTE DA PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO PRECÁRIO



Foto: Divulgação/Internacional Travessias Salvador

Por Manuella Logrado

Em 8 de novembro de 2021, o cidadão baiano que tem a travessia para a Ilha de Itaparica em sua rotina deparou-se com a desagradável notícia do aumento do valor da passagem do ferryboat, o principal meio de locomoção da população para a Ilha. O reajuste no percentual de 10,72% no preço da passagem impactará diretamente na vida dos trabalhadores que, neste momento de grave crise econômica, terão que arcar com o aumento tarifário para exercer suas atividades diárias.

Com o referido reajuste, aplicado a partir de 8/11/2021, os pedestres viram a tarifa saltando **de R\$5,50 para R\$5,60** de segunda a sexta, além de um aumento em finais de semana e feriados ainda mais expressivo, passando **de R\$6,70 para R\$7,40**. Os veículos também foram afetados pelo aumento, sendo que para os de pequeno porte a tarifa de segunda a sexta passou **de R\$45,70 para R\$50,60**, e em finais de semana e feriados o preço passou **de R\$64,70 para R\$71,70**. Os veículos grandes tiveram reajuste **de R\$58,40 para R\$64,70** de segunda a sexta, e **de R\$82,50 para R\$91,40** em finais de semana e feriados.

A Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) alega que o reajuste no preço das passagens se deu em face do aumento do preço do diesel marítimo, combustível utilizado pelas embarcações que fazem a travessia para a Ilha de Itaparica. Mas, na prática, o ônus do aumento que recai sobre a classe trabalhadora não se converte em nenhuma melhoria na prestação do serviço público, que, desde a sua origem, é precário e defasado, recebendo críticas da população já a partir da sua inauguração em 1972.

A Ilha de Itaparica, por conta da proximidade com Salvador, é historicamente uma zona de interesse da capital, abarcando um grande fluxo diário de pessoas em função de trabalho e estudos. Nesse sentido, é importante observar o baixo desenvolvimento econômi-

co devido ao pouco investimento público na Ilha, que, encarada pelo Estado apenas como local de lazer, tem desconsiderado por completo o cotidiano da população que ali reside e que, muitas vezes, tem suas atividades econômicas e acadêmicas vinculadas à capital.

O serviço de ferryboat, que faz a travessia para a Ilha, deveria ser uma alternativa segura e de fácil acesso aos trabalhadores; porém, a realidade que permeia o sistema hidroviário de locomoção da Bahia se afasta muito da prestação de um serviço adequado, sendo território de disputa política e econômica que apenas degrada o serviço com o passar dos anos, considerando que este opera através de contratos de concessão de uso - por sua vez, com um longo histórico de problemas.

No período de 2006 a 2013, o serviço de travessias do ferryboat operou através de contrato de concessão firmado com a empresa TWB. Durante os conturbados anos de contrato, havia um diálogo confuso entre a empresa concessionária e o Estado. Enquanto o número de usuários do serviço crescia ao longo dos anos, o valor arrecadado sequer era convertido para melhorias no transporte e aumento da frota, que, inclusive, por diversas vezes operou defasada, gerando filas imensas e dificultando a locomoção da população no acesso à Ilha de Itaparica.

Quando há concessão de serviços para uso, como é o caso do ferryboat, a empresa concessionária se compromete à realização de um aporte financeiro para investimento no serviço. Contudo, foi sob a motivação de que a empresa TWB devia R\$6 milhões ao Governo do Estado da Bahia que se instaurou o processo administrativo, levando ao encerramento do contrato de concessão.

Nesse contexto de completo caos, a empresa Internacional Travessias assumiu o serviço através de contrato temporário no ano de 2013, e logo em seguida firmou contrato definitivo de concessão pelo período de 25 anos,



sendo a única empresa interessada no processo licitatório para a qual ofertou o menor aporte de investimento do edital, na quantia de R\$5 milhões. Como única concorrente, a empresa estabeleceu suas diretrizes na prestação do serviço e o valor mais baixo de investimento, e como sempre, o ônus da precariedade recaiu sobre os ombros da população que necessita do ferry em sua rotina.

Assim, a empresa explora o serviço e as embarcações do Estado no contrato de concessão, mas acaba por não fazer os investimentos necessários na sua melhoria. Estas melhorias precisam ir desde a qualidade dos assentos e instalações, estando o Terminal Marítimo de Salvador em condições lamentáveis, até a quantidade de embarcações e viagens realizadas por dia, uma vez que estas não acompanham o intenso fluxo de pessoas, que se acumulam em filas intermináveis para conseguir fazer a travessia.

Estima-se que o sistema ferryboat na Bahia atenda cerca de 15 mil pessoas por dia, sendo que em períodos de alta demanda, o serviço pode chegar a atravessar mais de 45 mil pessoas e 6 mil veículos ao dia, o que, em um dia de baixa estação, contabilizando-se a tarifa antes do aumento atual, chegaria em um faturamento diário de R\$3,1 milhões por dia. Não é demais salientar que em dois dias regulares, o faturamento do ferryboat já seria suficiente para cobrir o aporte financeiro de R\$5 milhões ofertado pela concessionária Internacional Travessias no contrato licitatório.

Apesar da alta rotatividade e lucratividade na prestação do serviço de ferryboat, este nunca recebe investimentos, existindo uma inércia do Estado e da concessionária - que embolsa altos valores diariamente. A precariedade da prestação do serviço é um assunto tão antigo no Estado da Bahia, que tornou-se alvo de inquérito instaurado pelo Ministério Público no ano de 2018, para apurar as irregularidades no serviço. Na oportunidade, vários especialistas manifestaram-se no sentido de pontuar o grave problema operacional do Ferryboat: poucas e lentas embarcações, além da ausência das manutenções necessárias que fazem com que, por diversas vezes, a pequena frota opere com capacidade ainda menor do que a sua disposição.

Se de um lado o alto lucro obtido pela concessionária não se converte em benefício ao usuário do serviço, também existe do outro o Estado da Bahia, que em nada se movimenta para a melhoria operacional do sistema, no sentido de investimento para o aumento da frota e em embarcações mais modernas e ágeis, que diminuiriam o tempo de deslocamento na travessia e, por consequência, impactaria na redução das imensas filas de espera e da situação de superlotação.

Conforme o site da empresa responsável, atualmente operam 7 embarcações na travessia, sendo elas: Zumbi dos Palmares, Pinheiro, Ivete Sangalo, Rio Paraguaçu, Anna Nery, Dorival Caymmi e Maria Bethânia. Desde as primeiras embarcações, o problema operacional se perpetua, uma vez que todas são extremamente lentas e se encontram em estado de sucateamento ante a ausência das manutenções regulares necessárias.

Com a inércia do Estado em adquirir novas embarcações, especialistas enunciaram no bojo do inquérito instaurado pelo Ministério Público, que uma solução paliativa poderia ser o aluguel de embarcações por parte

da concessionária. Esse imenso cabo de guerra entre o Estado da Bahia e a Concessionária implica na inércia de ambos, no embolso de altas quantias da concessão do serviço pela iniciativa privada e em um sucateamento proposital do sistema hidroviário baiano, sendo este o grande argumento utilizado pelo governo burguês-petista de Rui Costa para firmar o contrato da ponte Salvador-Itaparica.

O projeto de uma ponte que ligasse Salvador à Ilha de Itaparica é antigo, e ganhou força na ideia de que o sistema de ferryboat não consegue dar conta do fluxo de pessoas na travessia. Assim, parece proposital o sucateamento do sistema hidroviário para fomentar a construção da ponte, que teve seu contrato assinado este ano com 3 empresas chinesas que irão explorar o serviço pelo período de 35 anos, sendo 5 anos dedicados à construção da ponte.

Um ponto que chama muito a atenção é o fato de que o Governo da Bahia entrará com o aporte financeiro de R\$1,5 bilhões para a construção da ponte, que tem previsão de conclusão para o período de 5 anos, mas não investe devidamente na melhoria de um serviço que já existe e é ofertado no agora para a população baiana. O grande interesse na construção da ponte - que teve sobrepreço constatado pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia - desvela que toda a movimentação de sucateamento do ferryboat e construção da ponte diz respeito ao proveito econômico e a manobras com o dinheiro público, não havendo qualquer preocupação com a população, que continua se abarrotando num serviço precário de transporte, e agora com tarifa ainda mais cara.

Assim, o cidadão baiano assiste à precarização do sistema hidroviário e ao aumento das tarifas sem que haja qualquer melhoria nos terminais marítimos, sem que haja aumento das frotas ou até mesmo aluguel de embarcações, e sem que elas tenham a manutenção devida, sendo este um processo de precarização do serviço que se estende a todo sistema hidroviário, comportando também as lanchas rápidas e os catamarans que fazem a travessia para Mar Grande como uma outra opção frente ao ferryboat.

As alternativas ao sistema ferryboat padecem do mesmo mal do sistema principal: a precarização das embarcações e a ausência de manutenção devida. Não é demais registrar que, no ano de 2017, confirmando a situação de calamidade do sistema hidroviário, a embarcação Cavalinho I naufragou na Travessia Salvador - Mar Grande, levando a óbito 19 pessoas. Tratada como tragédia e caso fortuito pela mídia, o naufrágio foi, em verdade, o grande retrato de um descaso que se acumula por décadas na prestação do serviço de travessia.

Entre interesses políticos e a alta lucratividade do necessário serviço de travessia realizado pelos ferryboats, há em vigor, paulatinamente sucateamento e precarização, que coloca a classe trabalhadora entre o desconforto, a dignidade tolhida e o risco de vida, imputando o ônus de uma aumento tarifário que não se converte em qualquer melhoria no plano prático, e que evidencia que o governo petista na Bahia, em muito, se afasta do interesse e da proteção da população, cuidando exclusivamente das vantagens da iniciativa privada, que segue dando primazia ao lucro em detrimento da vida.

O PATRIMÔNIO DA BAHIA NÃO PODE ESTAR À VENDA!



Foto: Lucas Rosário/SecultBA

Por Cleide de Lima Chaves

*"Aqui tudo parece
Que era ainda construção
E já é ruína"
(Caetano Veloso, música Fora da Ordem)*

No dia 06 de novembro, a população baiana foi surpreendida com o anúncio do leilão do prédio onde está abrigado o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), a segunda maior instituição arquivística do país e uma das maiores do mundo. Ele armazena mais de 40 milhões de documentos, que ajudam a contar a história do estado e do país.

Mas como um prédio histórico, construído no século XVI e tombado pelo IPHAN em 1949, foi a leilão? O terreno da Quinta do Tanque – como é conhecido o prédio do APEB – foi penhorado em um processo judicial contra a Bahiaturisa, movido pelo escritório TGF Arquitetos Ltda. Uma ação foi movida, em 1990, na 3ª Vara Cível da Capital pelo escritório com um pedido de indenização pelo não pagamento de projetos entregues à Bahiaturisa que, na época, alegou a inexistência de contrato e disse que os projetos tinham sido apresentados espontaneamente. Em 2005, a Bahiaturisa ofereceu – absurdamente – à penhora alguns de seus imóveis, incluindo a Quinta do Tanque. A dívida foi se acumulando e chega agora a cerca de R\$50 milhões. O imóvel em questão está avaliado em até R\$ 12.575.829,62.

Graças à mobilização de diversas associações

científicas e culturais, Universidades e fóruns ligados à preservação do patrimônio histórico, o juiz de direito George Alves de Assis, no dia 08 de novembro, suspendeu temporariamente o leilão do imóvel que abriga o Arquivo Público do Estado da Bahia. De acordo com a decisão, houve a suspensão, no entanto, o juiz acabou mantendo "a alienação do imóvel que compõe o Lote 02 do edital anteriormente referido. Acolho também o pedido ministerial para determinar seja oficiada a Fundação Pedro Calmon, gestora do APEB, para apresentar plano de salvaguarda e remoção do acervo, no prazo de 60 dias". No entanto, o prédio permanece em risco, haja vista que foi estabelecido um prazo para remoção do acervo, mas o leilão continua mantido.

A repercussão – negativa para o governo Rui Costa – fez o governo se pronunciar, no dia 10 de novembro, dizendo-se indignado com o ocorrido e empurrando a responsabilidade para os governos anteriores. No entanto, cabe questionar como esse governo não sabia desse leilão e das dívidas? A quem interessa deixar correr, sem intervenção anterior, um leilão de um prédio de valor histórico incalculável como a Quinta do Tanque? Ficam aqui alguns questionamentos...

Como isso foi acontecer? Em primeiro lugar, vale a pena debater acerca do que significa um patrimônio e porque alguns espaços e prédios são considerados tombados e importantes e outros



não. Podemos dizer que há dois tipos de patrimônio: o oficial, aquele que legalmente reúne poucos e escolhidos bens eleitos, pelo poder político, como preserváveis à posteridade e o não oficial, ou seja, aquele que é reconhecido por determinados grupos ou por um conjunto de uma população, mas que não tem o aval das autoridades ou do poder público.

Quem escolhe os patrimônios oficiais e como essas escolhas são feitas? É importante destacar que a produção do patrimônio – seja ele material ou imaterial – não é uma operação inocente e a determinação e o valor patrimonial se inscrevem em um jogo político e histórico. Historicamente, os prédios e a cultura colonizadora e europeia foram selecionados como patrimônio oficial na maior parte das regiões do Brasil, enquanto a arquitetura, a cultura e a herança africana e indígena passavam ao largo dessas “escolhas”.

Embora discordemos e critiquemos sobre as “escolhas” políticas e o que tem sido preservado ou se tornado patrimônio público ao longo de nossa história, é importante destacar que, para o caso do Arquivo Público do Estado da Bahia, este abriga uma documentação que conta não somente a história dos opressores e dos colonizadores, mas também a história dos vencidos, dos trabalhadores e das trabalhadoras e suas lutas e resistências, como é o caso da Revolta dos Búzios, dos Malês e de tantas outras manifestações combativas do povo brasileiro. Por isso, podemos e devemos defender a preservação deste patrimônio, mesmo contendo tantas contradições e peculiaridades. A defesa pela manutenção do prédio e da documentação não visa a valorização da memória – que está sempre em disputa –, mas busca proporcionar o debate e descortinar os processos históricos de seleção, atribuição de valores e silenciamentos, em especial da população trabalhadora.

Ainda que um considerável número de patrimônio oficial esteja ligado à dominação portuguesa e ao modelo cristão, colonial, racista e patriarcal reconhecidos no país, atualmente a lógica da ordem do capital cada vez mais devora tudo à sua volta, mesmo aqueles ditos símbolos que contribuem para justificar a dominação e exploração da classe trabalhadora brasileira. A geógrafa Simone Scifoni (2019, p. 27) destaca a necessidade de politizar o debate em torno do patrimônio pois, de acordo com ela, “é preciso explicitar que, também, se torna sujeito da destruição do patrimônio a própria instituição que deveria preservá-lo, na medida em que se opta por favorecer determinados interesses econômicos ou políticos em detrimento da missão que é a proteção aos valores culturais”.

É o caso, por exemplo, da situação do Palácio Rio Branco, que está sendo desapropriado em vistas de se tornar um hotel de luxo. O projeto do hotel deu entrada no IPHAN em 2019 e já está APROVADO. Ao buscar setorizar o conjunto que compõe o Palácio Rio Branco, o governo do Estado está realizando uma apropriação, mesmo que legitimada pela legislação utilizada, da cultura de um lugar importante para a História da Bahia. O Palácio Rio Branco já conta com tombamento pelo IPHAN, pois faz parte do conjunto arquitetônico do Centro Histórico de Salvador, bem de singular valor cultural, que integra a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Dessa forma, o art. 11 do Decreto-Lei nº 25/1937 proíbe a venda de imóveis públicos tombados a agentes privados, ao dispor que “as coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades”.

No entanto, mesmo com uma legislação que protege esse patrimônio, o mesmo está sendo desapropriado, numa explícita atitude privatista e de atendimento aos interesses econômicos do capital internacional, promovendo aquilo que Simone Scifoni (2015, p.211) denominou de ajuste do patrimônio, que “compreende um conjunto de mecanismos por dentro do Estado e por meio dele, com o objetivo de viabilizar a aprovação de empreendimentos privados e grandes projetos públicos que, pelas práticas institucionais apoiadas na expertise no campo do patrimônio ou pelo corpus legal, não seriam possíveis anteriormente. O ajuste permite produzir legalidade onde antes não existia tal possibilidade e, com isso, garantir a realização do valor e o lucro máximo na produção imobiliária a partir do momento em que elimina uma barreira ou obstáculo: o patrimônio”. Todo esse ajuste está sendo feito para promover a apropriação privada do grande capital do espaço público urbano, privatizando o que antes era acesso de todos e todas, para monopolizar, dentre outras coisas, a deslumbrante vista da Baía de Todos os Santos para os “privilegiados” que detém o capital manchado de sangue e suor do povo indígena e afro-descendentes deste país.

Referências:

SCIFONI, S. *Patrimônio como negócio*. In: CARLOS, A.F.A. et al. (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo*. Revista CPC, [S. l.], v. 14, n. 27esp, p. 14-31, 2019.

A CONTÍNUA LUTA PELA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NAS UEBAS



Foto: Andes/SN - Universidade à Esquerda

Por Vinícius Kaiowá

Como observamos nos últimos dois anos, a pandemia escancarou as péssimas condições de permanência a que estão submetidos os/as estudantes das Universidades Brasileiras. Na Bahia não tem sido diferente: sem políticas efetivas de inclusão digital, com atrasos nas bolsas de formação docente e há dois anos sem lançar edital do Programa de Permanência “Mais Futuro”, as Universidades Estaduais realizam a corrida para garantir o retorno das atividades presenciais, secundarizando as condições dos estudantes retornarem em segurança.

A juventude foi marcada pelo aumento da vulnerabilidade social e do desemprego. Fazendo um rápido balanço, não é preciso ir longe para encontrar situações de estudantes que trancaram disciplinas ou desistiram de seus cursos. Dentre os que vêm de fora das cidades-eixo das Universidades Estaduais da Bahia (UEBAs), sem os serviços de Restaurante

Universitário e Auxílio Alimentação, muitos abandonaram o local de moradia para retornarem às suas cidades-natais, além dos sucessivos cortes de bolsas que não levam em conta a autonomia das resoluções flexibilizadoras de cada UEBA, tampouco o momento pandêmico.

Para estudantes, o alto custo dos aluguéis, móveis e alimentação comprometem pensar em retornar sem dificuldades aos estudos. O Mais Futuro, principal - e, para muitos, a única - possibilidade de acesso às bolsas, passou pelo processo restrito de alteração neste ano. A ótima oportunidade para corrigir erros e critérios excludentes do Programa foi atravessada pela resistência do Governo do Estado em não aceitar as propostas do Movimento Estudantil.

O Programa alterou o limite de disciplinas possíveis de serem reprovadas e trancadas por estudantes durante todo seu curso, de duas para quatro. Para a categoria, que propôs o aumento para dez disciplinas, o aumento se apresenta como uma melhora, mas ainda é insuficiente e mantém o caráter meritocrático, excludente e produtivista, que nega ao aluno o direito estabelecido no

calendário acadêmico de cada Universidade.

Enquanto aspectos positivos, o Programa retirou a impossibilidade do acúmulo de bolsas “meritórias”, como bolsas de Iniciação Científica, Iniciação à Docência e Extensão, pauta relevante do Movimento Estudantil. Ainda, de forma incerta, o Programa abriu a alternativa da realização do perfil Estágio junto às atividades de Extensão Universitária - e neste caso, devemos estar atentos para que, assim como ocorreu com os Estágios durante bom período, as Extensões não estejam deslocadas da formação discente, colocando, por exemplo, estudantes de licenciatura em trabalhos administrativos nos órgãos do estado.

O retorno às atividades presenciais previstas para o ano de 2022 devem prescindir por uma atenção direta às condições de Permanência Estudantil, não resumidas à bolsificação fornecida pelo Mais Futuro. Os/as estudantes das UEBAS necessitam mais do que nunca de ações reais de permanência, como construção e ampliação dos restaurantes, creches e moradias universitárias, além de políticas de apoio psicossociais. É preciso garantir que os filhos da classe trabalhadora possam retornar aos seus locais de estudo e concluí-los com qualidade e segurança, senão corremos o risco de aumentar a desigualdade já existente na composição social do Ensino Superior.

Para tal, devemos fortalecer a construção e a defesa das entidades representativas, Diretórios Centrais de Estudantes, Centros e Diretórios Acadêmicos, dentre outros, cobrando e denunciando a postura irredutível do Governo do Estado que se nega a dialogar com os estudantes, principais interessados no assunto. Do contrário ao anunciado pelo Governador Rui Costa (PT) através de seu Twitter, precisamos do lançamento de um novo edital do Programa, que atenda, sem restrição de vagas, os ingressos nos anos letivos de 2020 e 2021.

Ninguém deve ficar para trás. As bolsas são nossas conquistas e não nos devem ser negadas. Permanência é coisa nossa!

ENTREVISTA DO MOMENTO: EDMILSON COSTA



Por Milton Pinheiro

Edmilson Costa é professor universitário, doutor em Economia e Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O MOMENTO - O PCB realizou recentemente o seu XVI Congresso, às vésperas de completar 100 anos. Qual é o significado do lema “Pelo Poder Popular, rumo ao socialismo” nesse contexto histórico?

EDMILSON COSTA - A questão do Poder Popular é um dos temas mais importantes na luta de classes hoje. Primeiro, porque esta palavra de ordem já foi apropriada pelo movimento popular nas ruas. Em todas as manifestações, as massas gritam com entusiasmo: “Lutar, Criar, Poder Popular!” Segundo, porque é um processo que se encontra em construção pela própria dinâmica da luta social.

Mas é importante esclarecer que o Poder Popular não é uma proposta tática ou uma articulação entre os partidos de esquerda, e sim um processo de criação das massas. O Poder Popular já existe embrionariamente na luta dos movimentos sociais, na resistência dos trabalhadores, nas greves, nas ocupações, muito embora essas lutas ainda estejam bastante fragmentadas, sem

direção e unidade programática e política.

Entretanto, com o acirramento da luta de classes e com a intensificação das lutas sociais, bem como com a experiência obtida pelo movimento popular nessas lutas, esse processo de construção do Poder Popular deverá caminhar para a unidade programática em torno de eixos comuns e, assim, superar a fragmentação. Ou seja, nesse momento, o Poder Popular já acumulou forças suficientes para se apresentar como alternativa de poder à dominação das classes dominantes.

O MOMENTO - Como foi a dinâmica da democracia interna, em um Partido leninista, a partir do longo processo que envolveu células e congressos estaduais em todo o país?

EDMILSON COSTA - O nosso Partido se orgulha da sua democracia interna. Nesse Congresso, as teses (Perfil do proletariado, Programa de Luta e Organização) foram discutidas durante meses nas células partidárias, do Acre ao Rio Grande Sul, uma vez que o nosso Partido está organiza-

do em todo o país, principalmente nas grandes cidades com mais de 150 mil habitantes.

Posteriormente, foram discutidas novamente nos congressos estaduais, quando também se elegeram as direções regionais. A partir das contribuições das células e dos congressos estaduais, reelaborou-se os documentos com essas contribuições e as teses foram novamente debatidas no Congresso Nacional. Primeiro, em dez grupos de discussão e, depois, em dois dias de assembleias congressuais, onde todos os delegados puderam, mais uma vez, expor suas opiniões.

Portanto, as teses aprovadas no Congresso representam um rico acúmulo de formulações, onde todo o Partido participou de sua elaboração, o que reforçou o princípio comunista da criação coletiva e do centralismo-democrático, e nos armou com uma linha política que permitirá à nossa militância atuar com mais clareza na difícil conjuntura em que estamos vivendo.

O MOMENTO - Quais foram as principais temáticas debatidas no Congresso?

EDMILSON COSTA - Reafirmamos o caráter socialista da revolução brasileira a partir de uma leitura da realidade do nosso país, das características do capitalismo brasileiro, da análise tanto da burguesia quanto do proletariado, do caráter do Estado e dos processos de luta de classe realizados no Brasil. Reafirmamos também a necessidade da construção de uma poderosa frente anticapitalista e anti-imperialista, com peso social, político e de massas, que assegure a independência política, orgânica e de classe do proletariado nesse processo de luta. Aprofundamos, ainda, a compreensão sobre o Poder Popular e as tarefas da revolução brasileira.

Essas formulações possibilitam aos comunistas maior clareza em relação à luta de classes, subordinam nossa tática a essa estratégia e evitam as ilusões reformistas ou uma quimérica humanização do capitalismo. Definir o caráter socialista da revolução brasileira não significa ausência de mediações na luta concreta do proletariado e da população em geral - processo do qual estamos na linha de frente em todas as grandes cidades. Pelo contrário: essa estratégia nos libera da camisa de força de alianças espúrias com os nossos inimigos de classe, a burguesia e o imperialismo, e deixam claro quem são nossos aliados e quem são nossos inimigos no processo de construção da revolução brasileira.

O MOMENTO - No processo de construção da

revolução brasileira, quais são os principais aliados táticos e estratégicos do PCB?

EDMILSON COSTA - D Temos a convicção de que a revolução brasileira deverá ser um fenômeno de massas. Só poderá ser vitoriosa se envolver milhões e milhões de trabalhadores e trabalhadoras, os movimentos sociais e populares no processo de lutas. Nessa trajetória, o proletariado deve ser espinha dorsal do processo de transformações sociais, econômicas e políticas, o que significa dizer que não haverá aliança com a burguesia nem concessões ao imperialismo. A burguesia, em todos os momentos históricos, esteve aliada com o imperialismo. Além disso, a experiência histórica demonstrou que os partidos que tentaram esse caminho foram derrotados e algumas vezes humilhados pela própria burguesia, como ocorreu recentemente.

Para os comunistas, os aliados da revolução brasileira são os trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, o povo pobre das periferias, a juventude, os intelectuais progressistas e todos os que estiverem dispostos a participar efetivamente da luta contra o capitalismo e o imperialismo. Muita gente imagina que ter o proletariado como espinha dorsal do processo de transformações estreita o processo de alianças; nós entendemos o contrário: o proletariado, suas famílias e seus aliados constituem a imensa maioria do povo brasileiro, sendo o contingente absolutamente majoritário que tem interesse objetivo no processo de transformações em nosso país.

O MOMENTO - Como o Partido Comunista opera na luta de classes, quais são as questões centrais a serem implementadas?

EDMILSON COSTA - Nós vamos completar, em março de 2022, 100 anos de existência. Trata-se de uma das mais belas trajetórias de uma Organização Revolucionária. Sempre estivemos incondicionalmente na luta com os trabalhadores e pelo socialismo no Brasil, e a burguesia e o imperialismo nunca nos perdoaram por essa ousadia. Para se ter uma ideia, somos o Partido Comunista do mundo que mais tempo operou na clandestinidade. De 1922 até 1985, tivemos apenas 2 anos de legalidade; nos outros 63 anos, atuamos clandestinamente. Na última ditadura, assassinaram na tortura um terço do Comitê Central. Mesmo assim, produzimos os maiores heróis populares do século XX e influímos em todas as áreas da sociedade, da ciência ao futebol, dos direitos trabalhistas à formação política. Por isso, o poeta já disse que, quem contar a história



do Brasil e das lutas de nosso povo e não falar do PCB, estará mentindo.

Com a queda da União Soviética, pagamos internamente um alto preço, porque éramos o Partido ligado ao Movimento Comunista Internacional e à URSS. Tivemos que enfrentar o liquidacionismo nas condições mais adversas, tanto nacional quanto internacionalmente, e há cerca de 30 anos estamos realizando com muito êxito o processo de Reconstrução Revolucionária. Portanto, essa longa experiência nos permite dizer que nossa tarefa, hoje, é ampliar e enraizar o Partido no proletariado, lutar pela reorganização de nossa classe e aumentar nossa influência política junto aos outros setores da sociedade, de forma a nos apresentar neste novo ciclo de lutas como um dos protagonistas da revolução brasileira.

O MOMENTO - O PCB é o mais longo operador político do projeto da classe trabalhadora brasileira. Hoje, com o firme projeto da Reconstrução Revolucionária, o Partido se consolidou na esquerda brasileira e nas lutas da nossa classe?

EDMILSON COSTA - Nós vivemos um período muito difícil na primeira década de Reconstrução Revolucionária, porque a conjuntura anticomunista nacional e internacional era bastante adversa, bem como o Partido sofreu um trauma enorme com o racha de 1992. Poucos acreditavam que conseguiríamos reconstruir o PCB naquelas condições, afinal, estávamos lutando contra personagens que faziam parte da história brasileira. Por exemplo, Salomão Malina era herói da Segunda Guerra, Hércules Corrêa e Tenório de Lima foram da direção do CGT, outros eram dirigentes históricos do Partido. E quem éramos nós? Apenas jovens dirigentes intermediários e militantes de base. Não éramos históricos, não éramos famosos, não tínhamos liderança nacional. Mas tivemos a coragem, no momento mais difícil da luta de classes mundial, de continuar acreditando no socialismo e evitar a liquidação do PCB por quem estava dando adeus ao proletariado.

Foi a certeza de que o capitalismo era incapaz de resolver os problemas da humanidade e que o socialismo era um horizonte viável, que nos fez resistir à liquidação do PCB. Se olharmos retrospectivamente, essa foi uma luta que valeu a pena. Nossa Organização é, hoje, um Partido de militantes revolucionários, organizado por células em todo o país, com grande autoridade política junto à esquerda brasileira, com grande influência na juventude e participação expressiva nos movimentos sociais e populares, e com prestígio

no Movimento Comunista Internacional. Não tem uma luta de rua em nosso país em que não se veja tremulando nas manifestações as bandeiras do PCB e de seus coletivos de luta. Esse é um motivo de orgulho para todos nós.

O MOMENTO - Nesse Congresso, você foi reconduzido à Secretaria-Geral do Partido. Quais são suas prioridades no exercício dessa histórica missão política?

EDMILSON COSTA - Assumi a Secretaria-Geral há cinco anos, em função dos problemas de saúde do camarada Ivan Pinheiro. Logo no início dessa nova tarefa elaborei um documento, posteriormente aprovado pelo Comitê Central, denominado Preparar o Partido Para o Novo Ciclo, no qual procurei traçar um plano de ação para o Partido que envolvia tarefas políticas, orgânicas, de formação e crescimento de nossa Organização Revolucionária. Posteriormente, o Comitê Central aprovou outro documento programático chamado de Pão, Terra, Trabalho e Moradia, onde o Partido buscou delinear os elementos fundamentais de um programa para o difícil e complexo período que estávamos vivendo. Nesse momento, consolidamos a maioria dos coletivos e estivemos dialogando presencialmente com camaradas de quase duas dezenas de estados.

A pandemia veio interromper nossas atividades presenciais, que só foram retomadas a partir das lutas de rua esse ano. A recondução à Secretaria-Geral foi uma generosidade de nossa militância e um reconhecimento ao trabalho que desenvolvemos. Agora, estamos num período ainda mais difícil da luta de classes, com um governo genocida, inimigo dos trabalhadores e subserviente ao imperialismo. Por isso, nosso trabalho deverá ser redobrado. Nosso objetivo é ampliar a influência orgânica e política do PCB, ou seja, crescer com qualidade e recrutar com ousadia, estar presente em todas as lutas de nosso povo, e preparar orgânica e ideologicamente a nossa militância para qualquer tipo de conjuntura que o futuro venha impor aos trabalhadores e trabalhadoras e à juventude.

Nós acreditamos que o PCB voltou a ser um instrumento efetivo da luta de classes em nosso país e no novo ciclo de lutas que se abriu a partir de 29 de maio. Temos convicção de que seremos um dos principais protagonistas do processo de transformações da sociedade brasileira em curso. Vou trabalhar duro para que isso se torne realidade.

O CRIME DA BRASKEM EM MACEIÓ: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BARBÁRIE À LUTA CONTRA A MÁQUINA DE MOER SONHOS

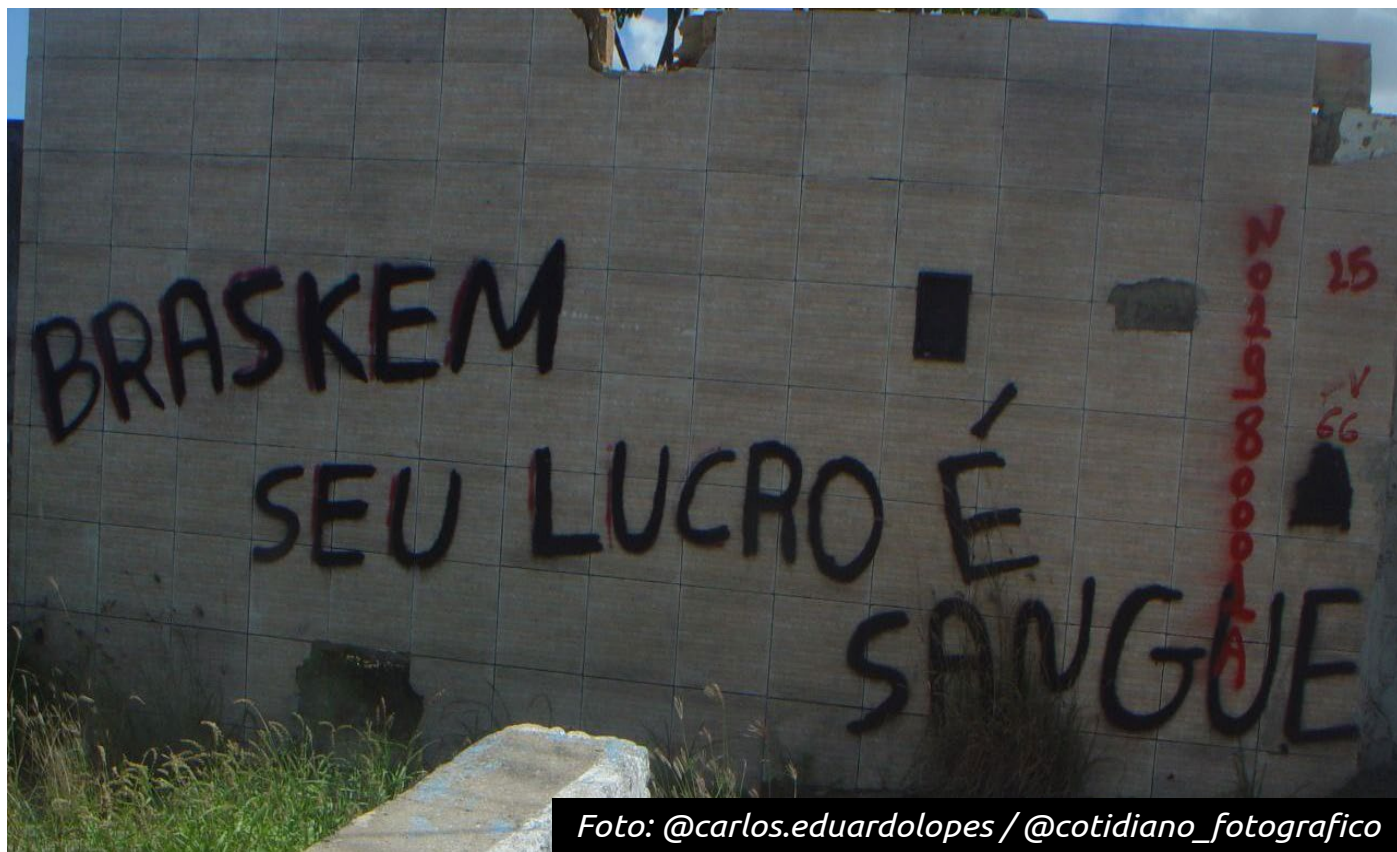


Foto: @carlos.eduardolopes / @cotidiano_fotografico

Por Wellington Santos,

Pastor da Igreja Batista do Pinheiro desde outubro de 1993 e ativista social.

Maceió, o paraíso das águas, vive o inferno de um imensurável crime socioambiental em curso há mais de três anos, numa área urbana densamente povoada, equivalente a 500 campos de futebol, incluindo a borda do mapa de riscos da Defesa Civil. São quase 15 mil imóveis destruídos, cerca de 60.000 moradores expulsos, adoecidos, enlutados e desterritorializados, além de 4.500 empresas quebradas, o que já retirou a renda, o trabalho e o sustento de aproximadamente 30.000 pessoas.

Como um desastre dessa magnitude que, além do já mencionado, deixou milhares de animais abandonados e fez sumir 17 hectares de mangue, devido à extração de sal-gema, permanece impune? O que explica a omissão de absolutamente todas as autoridades federais, estaduais e municipais diante dessa brutalidade que levou 11 pessoas ao suicídio, dezenas de mora-

dores e empresários à morte precoce por doenças psicossomáticas e milhares de cidadãos ao adoecimento, à depressão, ao desamparo e ao desalento?

A resposta está na estratégia usada por diversas mineradoras em todo o mundo, inclusive pela Braskem em Maceió: o silenciamento das vítimas, através do apagamento institucionalizado das suas existências. Esse “modus operandi” tem seu eixo central em acordos unilaterais com o sistema de justiça (Ministério Público Federal, do Trabalho e Estadual, assim como a Defensoria Federal e a Estadual, Justiça Federal, CNJ e até o CNMP), sem a participação de quem sofreu o dano.

A realidade é complexa demais para ser interpretada dentro dos gabinetes burocráticos, antiquados e insensíveis das “autoridades”. Não existe pacificação social sem que os afetados

tenham voz, expressem suas dores e construam soluções conjuntas, mediadas pelo poder público através dos órgãos de controle. Milhões de reais investidos em propaganda institucional, amparadas em tais acordos com a justiça, consolidam a narrativa de aparente legalidade ao processo de silenciamento sistemático. Como em uma sociedade midiática “o que os olhos não vêem o coração não sente”, a opinião pública segue ignorando a catástrofe.

Outra forma de apagamento institucionalizado dos afetados são os termos de cooperação técnica firmados entre Braskem e as mais diversas instituições, que se configuram enquanto uma espécie de eufemismo para cooptação. O objetivo é impedir o levantamento de dados por instituições de ensino e órgãos públicos e privados, dificultando a compreensão dos problemas das vítimas da mineração desenfreada. Sem estatísticas confiáveis que possam nortear políticas públicas, a construção de provas para ações civis ou o enfrentamento político com argumentos convincentes, o grito vai dando lugar ao silêncio eloquente e sofrido.

Ao bloquear os canais jurídicos, técnicos, institucionais e jornalísticos capazes de traduzir a dor e os prejuízos, consequentemente a Braskem impõe suas regras de modo arbitrário e impede a reparação integral do dano garantida pela constituição. Expressando esse apagamento em números, é notável que apenas em

relação aos danos morais, a mineradora está deixando de pagar pelo menos seis bilhões de reais aos 60 mil moradores, quase 1,5 bilhão de reais para 4.500 empresas e nove mil empreendedores, além de 300 milhões de reais de danos morais para 30 mil trabalhadores formais e informais. O valor total do rombo social é de 7,8 bilhões.

Na borda do mapa de risco, diariamente milhares de moradores e empreendedores põem suas vidas em perigo ao transitarem obrigatoriamente em áreas de desastre. Há três mil casas e dez mil moradores ilhados nos Flexais, em Quebradas, Marques de Abrantes, Bebedouro, e outros tantos na Vila Saem, assim como entre a Rua José Silveira Camerino e a Avenida Fernandes Lima, no Pinheiro. Outras dezenas de ruas no trecho do Farol também enfrentam as consequências socioeconômicas do desastre. Qual o custo? Algo em torno de 2,2 bilhões de reais em indenizações não pagas, totalizando dez bilhões roubados das vítimas.

O atraso e o subdimensionamento das indenizações, o arquivamento das ações que buscavam responsabilizar a Braskem pelos crimes socioambientais, e, por fim, a certeza da impunidade, transformaram esses dez bilhões de reais em lucro recorde para a mineradora no primeiro semestre de 2021. Mesmo diante desta bárbara injustiça, as matérias veiculadas acerca do ocorrido finalizam, vias de regra, com a clás-



Foto: @carlos.eduardolopes / @cotidiano_fotografico

sica afirmação de que “a Braskem está agindo conforme acordos estabelecidos com todas as autoridades competentes”.

Se junta a toda essa narrativa horripilante, caótica e criminosa a destruição produzida no campo simbólico da fé, notável através das confissões religiosas das pessoas que viviam nos bairros destruídos pela Braskem. Igrejas cristãs históricas (católicas e evangélicas), centros espíritas, terreiros de candomblé, igrejas messiânicas e tantos outros lugares considerados sagrados pelos frequentadores e frequentadoras que foram desalojados e esvaziados.

Gostaria de destacar, a título de exemplo, a importância histórica da Igreja Católica Santo Antônio de Pádua, localizada no bairro igualmente histórico de Bebedouro, construída em 1875, alcançando, em 2021, 146 anos de existência. É fundamental mencionar, também, a Igreja Batista do Pinheiro, que fica no bairro do Pinheiro, fundada em 1936, declarada, no dia seis de outubro deste ano, patrimônio material e imaterial do estado de Alagoas, através da lei 8.515, promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado, mediante seu papel representativo, para além do envolvimento nas causas religiosas e da participação ativa em discussões no campo das questões políticas, raciais, agrárias e de gênero.

A máquina de moer gente, animais, casas, bairros, ecossistemas, afetos e sonhos, chamada de Braskem, engrenagem diabólica e bestial do capitalismo selvagem e predatório, brinca com a dor do povo, tripudia das nossas exigências enquanto cidadãos e cidadãs e tenta calar a todo custo nossa voz, silenciando toda tentativa de grito que visa denunciar e cobrar o mínimo de justiça e dignidade para todas as vítimas, além de fomentar o caos e o adoecimento da população.

Convocamos vocês, leitoras e leitores, para se juntarem a essa luta contra essa besta monstruosa, que conhecemos por Braskem. É importante destacar, para que fique registrado, que a Braskem é a maior petroquímica das Américas, controlada pelo grupo baiano Odebrecht, atual Novonor. Desta forma, quando pensarem nesse crime ambiental praticado pela empresa, lembrem-se da Odebrecht e mais ainda, não esqueçam que esta “besta fera” se instalou em solo alagoano e maceioense com a bênção do regime militar que impôs uma ditadura ao nosso país na década de 70. Isso significa dizer que

iniciativas privadas, agregadas ao neoliberalismo econômico sem controle e fiscalização, com a bênção infernal do poder controlado pelo capital predatório e selvagem, geram, e podem continuar gerando, máquinas de moer sonhos em cada esquina.

Nos ajudem de forma solidária divulgando nas redes sociais, e de tantas outras formas criativas, a darmos visibilidade a mais este crime socioambiental que se soma aos crimes das empresas Samarco e Vale, que geraram caos e destruição em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. O silêncio e a indiferença são elementos que alimentam esses monstros selvagens e famintos de poder e lucro, que todos os dias produzem a morte em todas as direções, trucidando nossa possibilidade de dias mais plenos e seguros nessa terra.

Moradoras e moradores dos bairros atingidos pelo maior crime socioambiental em andamento, praticado pela mineração predatória em área urbana, além de tentarem sair vivos da pandemia da covid-19, que até aqui já nos ceifou, aliada à ignorância e ao negacionismo, quase 613 mil vidas, têm em frente a tarefa de buscar a união em meio às divergências para que se possa continuar lutando contra outros vírus letais como o fascismo, o falso moralismo religioso, a extrema direita, o patriarcado, o racismo, a lgbtfofia e todo tipo de concentração financiados pelo capitalismo predatório e selvagem que diariamente geram uma nova Braskem disposta a produzir morte e destruição por todos os lados.

Por este motivo e tantos outros é que precisamos continuar gritando e denunciando todos os crimes que são sistematicamente silenciados e levados ao esquecimento. Iniciativas como o documentário produzido pelo cineasta Carlos Pronzato, intitulado [A Braskem Passou por Aqui](#) e outras manifestações plurais, diversas e livres que já aconteceram e que precisam continuar acontecendo.

Neste momento está sendo construído coletivamente o Ato Interreligioso de Luto e Luta das Vítimas das Braskem, que deverá acontecer em 03 de dezembro do ano em curso.

Contribuam para a denúncia da institucionalização da barbárie que tem se instaurado em terras alagoanas e a fortalecer nossa luta contra a máquina mortífera do capital.

O POLICIAL É INIMIGO DA SEGURANÇA PÚBLICA



Foto: Gaudio Fotografia

Por João Coimbra

Antigamente, os circos tinham entre suas atrações a figura do “domador de leões”: com uma roupa cintilante, um chicote em uma mão e uma cadeira em outra, dominava a fera que, protestando com urros ameaçadores, não o devoraria. O domador, por ter sobrevivido, recebe as palmas do público.

É possível que o leão fosse treinado, dócil, incapaz de ferir um ser humano. Mas, a atração do circo dependia da ilusão do perigo, da demonstração de coragem, e – é claro – de ver um leão de perto.

É importante pensarmos sobre como a ilusão se dá numa apresentação como essa: o domador é real, o leão é real, os rugidos graves e o assobio do chicote também são reais. Sendo assim, onde está a ilusão?

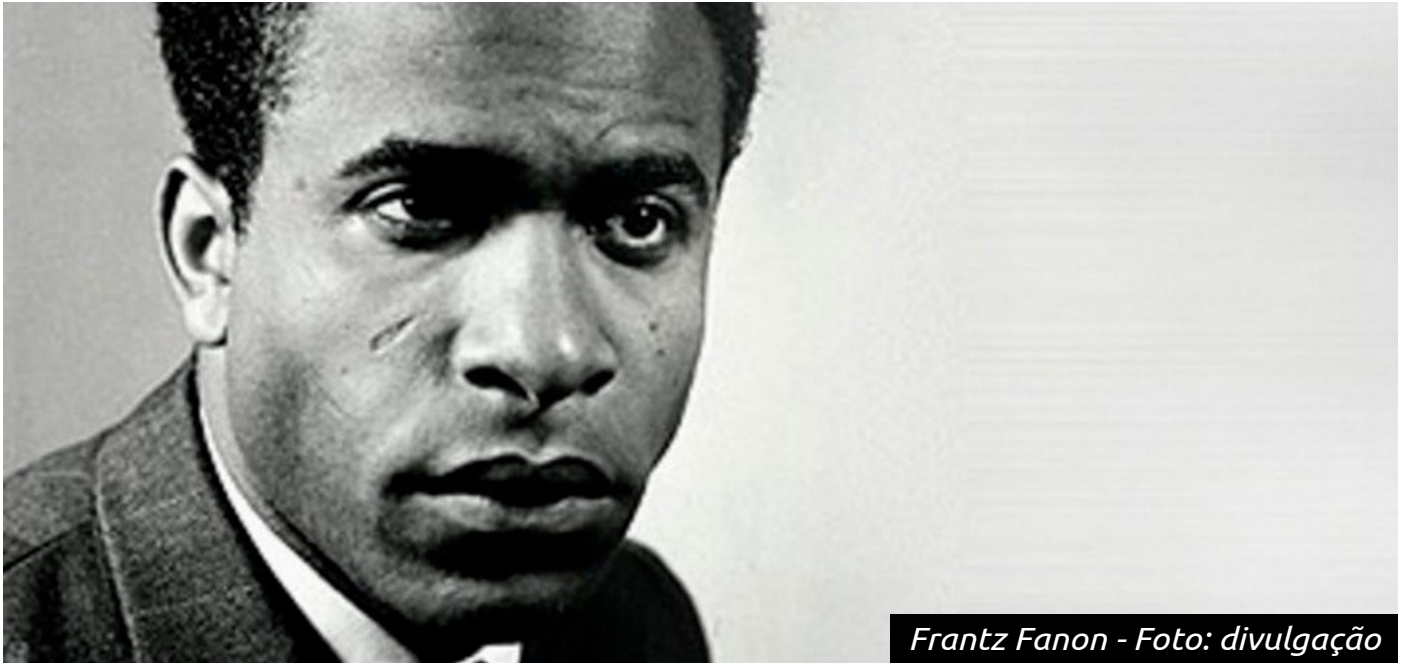
Em 2020, vimos o que só poderia ser descrito como um “domador de policiais”: [um empresário morador do Alphaville](#), em São Paulo, enfrenta um policial armado contando apenas com ofensas, bravios e menções a sua conta bancária.

Assim como acontece com sua contraparte circense, não há perigo real – somente a ilusão dele. O “domador de policiais” também é real, o policial e suas armas também são, e ainda assim o espetáculo não corre nenhum risco de terminar em sangue. Onde está a ilusão?

“Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta. Aqui é Alphaville”, disse o branco paulista. E este é o segredo na sua forma mais crua: o leão é treinado desde o seu nascimento a nunca morder seu domador. O domador, por sua vez, não seria capaz de enfrentar qualquer leão que visse a sua frente, somente aquele que nasceu para ser derrotado.

O policial tem uma função única: ser derrotado pelo rico. Ele não tem escolha, posto que sua existência foi desenhada como uma fronteira entre a cidade do rico e a cidade do pobre. É o que escreve Frantz Fanon: “*O mundo colonial é um mundo compartimentalizado. [...] A linha que o divide, a fronteira, é representada pelos quartéis e departamentos de polícia. Nas colônias, o agente oficial, legítimo, o porta-voz do colonizador e do regime de opressão é o agente de polícia ou o soldado*”.

O “mundo colonial” que Fanon se refere é aquele que sofreu uma invasão europeia em determinado momento da história, e até hoje não resolveu as mazelas trazidas por esses invasores. No Brasil, a colonização significou o genocídio de povos indígenas, a escravização de povos africanos, o roubo de terras e recursos naturais – e o estabelecimento de um regime jurídico que justificasse todos os crimes



Frantz Fanon - Foto: divulgação

coloniais, chamando-os de “ordem pública”.

Hoje, a polícia serve exatamente para garantir essa mesma “ordem pública”. Protegem os latifúndios, atacam os indígenas, atacam os negros. Sua presença é uma presença violenta, suas armas são armas de guerra, seu treinamento se baseia em matar quem “deve” morrer.

Nas palavras de Fanon, “o agente do governo usa a linguagem da pura violência. O agente não alivia a opressão ou mascara a dominação. Ele as ostenta e demonstra com a consciência tranquila do operador da lei, e traz a violência para os lares e mentes do sujeito colonizado”.

O policial, portanto, está preso na própria violência. Um policial que não é um brutamonte não está cumprindo seu dever de garantir a “ordem pública”; um policial que não mata, não deixa clara a dominação de classe.

Não estamos falando de teoria. [Salvador é a capital com a maior taxa de negros mortos pela polícia](#), como indicam os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ao mesmo tempo, [os bairros mais negros de Salvador são os que tem menos acesso a políticas públicas](#), como prova a pesquisa efetuada pelo Iniciativa Negra.

A pobreza da população é um projeto político. A falta de infraestrutura, as péssimas condições de transporte e o desemprego são agravadas pela presença assassina da viatura da polícia. Nossa cidade faz parte do mundo colonial, são duas cidades onde a farda bege serve de fronteira.

Por isso, é falsa toda proposta de reforma da polícia militar. Não há como resolver a questão da violência policial quando esta é a razão pela qual a

instituição foi criada. O policial militar não diminui a atuação do crime organizado, porque [são eles mesmos quem fornecem as armas e munições para estes grupos](#). O policial militar não trava uma “guerra às drogas”, porque [há mais drogas na Pituba que no Nordeste de Amaralina](#), mas é na periferia que o policial atira. Somos nós quem morremos.

O “domador de policiais” entende que, no seu processo de adestramento, o agente é condicionado a não olhar nos olhos do branco, para não o ameaçar. O “domador de policiais” compreende que a polícia não serve para garantir a segurança pública, mas a segurança **dele**.

Nós, classe trabalhadora, precisamos entender que nossa segurança pública está ameaçada pelo policial militar. A segurança das nossas crianças, dos nossos idosos e a nossa própria dependem da nossa mobilização política. Precisamos conversar entre nós mesmos, descobriremos nossa força coletiva e nossa capacidade organizacional.

Se nossa pobreza é um projeto político, precisamos construir outro projeto político, de força ainda maior, que tenha como objetivo central a erradicação desta pobreza. Isso significa dizer acabar com o mundo colonial, o que despertará a ira dos ricos, dos “domadores de policiais”.

Mas, diferente do domador de leões, o “domador de policiais” também se deixou enganar pela ilusão. Ele acredita ser o mais valente, acredita que suas ordens soberbas e sua conta bancária são capazes de dobrar a todos nós.

O branco, o colonizador, o rico, perdido na sua ilusão, descobrirá em breve que nós não temos medo de chicote.

200 ANOS DE DOSTOIEVSKI – SOBRE A POSSIBILIDADE DE UM NOVO MUNDO



Por Rômulo Caíres

Por: Vassilij Grigorovič Perov 1872

O escritor russo Fiodor Dostoiévski completaria 200 anos no dia 11 de novembro e depois de tantos anos após suas últimas publicações, que inclui o monumental romance *Os Irmãos Karamazov*, sua influência e interesse não cessam de aumentar no Brasil. A cada dia que passa, ganhamos traduções melhores e mais completas da sua obra. Tradutores como Boris Schnaiderman e Paulo Bezerra tornaram-se notórios por verterem diretamente do russo o complexo texto do escritor e permitir que os leitores de língua portuguesa acessassem esta obra, que representa não só um vasto panorama da sociedade russa do século XIX como também um grande inventário das ideias circulantes no mundo ocidental.

Muitos críticos já observaram que a fascinação despertada nos brasileiros pelos grandes romances de Dostoiévski diz respeito às semelhanças entre a sociedade autocrática russa e a nossa sociedade. Se esta análise não consegue dar conta do interesse universal pela obra do escritor russo, que inclui aprovação de críticos dos mais variados matizes ideológicos, indo de conservadores cristãos à marxistas revolucionários, não deixa de ser uma chave heurística para refletirmos sobre como a literatura é capaz de figurar os pressupostos históricos de uma época. Dostoiévski trouxe, a partir das múltiplas vozes ecoadas em seus romances, a materialidade da vida que emerge do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, da modernização que traz junto de si as mazelas da sociedade anterior e promete sonhos que não são capazes de cumprir.

Foi essencialmente um escritor preocupado em mostrar a cisão na vida dos grandes centros urbanos, a opressão voraz do capitalismo nascente e o padecimento das figuras humanas vindas “de baixo”. Desde

seu romance de estreia, *Gente Pobre*, Dostoiévski está interessado em oferecer retratos da vida dos marginalizados e esquecidos pelo status quo. Por seu instinto “plebeu” foi acusado muitas vezes de não ser um grande artista, mesmo quando já era o escritor mais popular da Rússia e se tornava conhecido em toda a Europa. Não é mera coincidência que um de nossos grandes romancistas, Lima Barreto, tenha sofrido tantas vezes a mesma crítica. Excluindo o fato de que ambos os escritores sempre necessitaram publicar seus livros com rapidez para sobreviver dos direitos autorais e com isso não terem tido o tempo para possíveis apuros formais, resta o fato de que tanto Dostoiévski como Lima Barreto perceberam que não podiam mais escrever como antes. Representar a realidade que os cercava não podia ser compatível com dourar as palavras com o espírito classicista ou parnasiano.

A atmosfera opressiva de São Petersburgo da segunda metade do século XIX ou do Rio de Janeiro do início do século XX só podia ser expressa por uma linguagem que fosse até o limite de suas possibilidades, que mostrasse as crises disruptivas dos personagens a partir de seu ponto de vista interno. O romance toma dimensão psicológica, mas sem perder seu caráter intrínseco de crônica social. Lima Barreto admirava a capacidade de Dostoiévski de perscrutar a alma humana, dar forma aos seus abismos e desvelar as condições que impedem as relações substantivas. O escritor carioca recomendava aos jovens que o procuravam que dessem muita atenção à literatura russa, mas não deixava de insistir: “especialmente Dostoiévski de *Crime e Castigo* e *Escritos da Casa dos Mortos*”. Pois, é neste último romance que surge o que Paulo Bezerra denominou de “laboratório de

ideias” de Dostoievski. A própria história deste livro é cercada de situações limites, quase fantásticas. Dostoievski tinha sido condenado à morte por participar de um grupo de escritores revolucionários, mas no último minuto, de olhos vendados e tendo a certeza de que seria assassinado, teve sua pena de morte suspensa. Foi enviado para a Sibéria, onde permaneceu longo período preso e posteriormente realizando trabalhos obrigatórios. Da vivência na prisão, do conhecimento que passou a ter da vida dos encarcerados, saiu grande parte das temáticas que Dostoievski desenvolverá posteriormente em sua obra. Dali Lima Barreto certamente absorve argumentos que aparecem por exemplo no Diário de um Hospício e em Cemitério dos Vivos, escritos que trazem à tona a barbárie do manicômio e do encarceramento.

Por mostrar a realidade justamente em seus dilaceramentos e contradições, Dostoievski sempre foi um crítico do que o filósofo alemão Hegel chamava de “bela alma”. Uma análise puramente moral dos processos sociais e dos caracteres humanos são incapazes de dar conta da complexidade da realidade. É preciso desvelar a gênese das condições dadas. Raskolnikov ou Ivan Karamazov guardam dentro de si os sentimentos mais sublimes ao mesmo tempo que são capazes das ações mais torpes. Não é que Dostoievski fosse algum tipo de escritor “amoral”, mas ele entendia que há forças muito maiores do que o indivíduo. O culto ao individualismo, aspecto basal da sociedade burguesa, é impiedosamente desmascarado, sugerindo forte teor anticapitalista nos escritos de Dostoievski. Novamente, não devemos nos enganar com análises unidimensionais. Não é que Dostoievski fosse até o fim da vida um revolucionário e anti-czarista. Muito pelo contrário, o escritor russo despejou nas páginas de seu Diário de um Escritor, um de suas últimas publicações, uma série de reivindicações típicas dos nacionalistas xenófobos daquele período, assim como os dizeres conservadores da Igreja Ortodoxa Russa.

Tal contradição entre um Dostoievski implacavelmente crítico da sociedade capitalista e que nutria explicitamente simpatia pelos personagens vindos da plebe com um outro Dostoievski que nutria posições políticas reacionárias trouxe enormes desafios àqueles críticos capazes apenas de entender a literatura como uma expressão de preceitos “sociológicos”. Para estes, Dostoievski seria um escritor menor justamente por ser reacionário no plano político, pouco importando que o efeito imanente de sua obra suscitasse a admiração de autênticos revolucionários justamente por desmascarar tão habilmente a ordem estabelecida. Mesmo sendo um cristão fervoroso, Dostoievski foi capaz de criar personagens extraordinários como Ivan Karamazov, que professava abertamente o seu ateísmo. Poderíamos aqui invocar a “vitória do realismo” na obra de Dostoievski, categoria criada por Engels para mostrar que mesmo escritores politicamente conservadores como Balzac eram capazes de figurar críticas implacáveis da sociedade capitalista em seus romances. A fidelidade

ao real, a necessidade de ouvir as múltiplas vozes do todo social e por meio de artifícios literários trazer essas vozes à vida, fez de Dostoievski um escritor ímpar na capacidade de criar tipos humanos de grande universalidade.

Essa escrita “polifônica”, que conseguia diferenciar completamente seus personagens através da linguagem específica de um, encarnou na literatura as ideias mais significativas do tempo histórico do escritor. É como se as próprias ideias tivessem vida própria, induzisse diferentes efeitos a depender do local e do tempo. Muitas vezes, essas ideias aparecem “fora de lugar”, é como se não se adequassem bem aos personagens que as portam, chegando muito cedo ou muito tarde aos seus conhecimentos. Não é que o escritor russo postulasse um tipo de fatalismo em que determinadas ideias inexoravelmente levassem a determinadas desfechos. Na verdade, ele insistia no fato de que algumas ideias não poderiam se realizar sem uma transformação radical de toda a sociedade.

Uma dessas ideias sempre presentes na obra de Dostoievski e que a partir dos bloqueios para a sua realização apontam para a necessidade da transformação social é a de comunidade humana reconciliada. Ela surge por exemplo em uma novela chamada O Sonho de um Homem Ridículo. No decorrer da novela somos apresentados a um sonho fantástico no qual haveria uma sociedade na qual a miséria e o sofrimento estariam superados. Há que se levar em conta a boa dose de ironia em que Dostoievski retrata este sonho como também não podemos ignorar um certo desfecho pessimista na novela. Porém, o ponto central é que Dostoievski estava às voltas com a necessidade de realizar o “reino de Deus” na própria vida terrena. Se muitas das soluções de Dostoievski podem ser sumamente recusadas pelo seu claro teor conservador, por exemplo ao aventar a possibilidade de uma salvação e ressurreição do ser humano através da fé na Igreja, podemos enfaticamente afirmar que Dostoievski é incontornável não pelas soluções apresentadas, mas pela sua capacidade de fazer as perguntas corretas.

Se Dostoievski não trouxe uma completa “renovação espiritual” como desejavam alguns de seus intérpretes, ele foi decisivo na crítica a vários dos mecanismos sociais que oprimem os setores marginalizados da sociedade. Com Dostoievski, aprendemos como a industrialização acelerada e a criação de centros urbanos caóticos é um fermento para todo tipo de doença psíquica e mal-estar. Se seus personagens nos parecem tão atuais hoje é porque o desenvolvimento capitalista continuou desestruturando as relações humanas e criando marcas em todas as instâncias da vida cotidiana. Ao desvelar tais contradições, Dostoievski foi capaz de nos mostrar a necessidade da transformação radical da sociedade e a possibilidade de imaginarmos um novo mundo. Por isso, o grande escritor russo ainda se mantém vivo entre nós.

ESPAÇO CULTURAL

LETIERES LEITE



Foto: Nelson Oliveira

Por Rafael Melo

No dia 27 de outubro de 2021, o universo musical baiano e brasileiro - por que não, mundial - se despediu de um dos maiores instrumentistas da história. Letieres dos Santos Leite, nascido em 8 de dezembro de 1959, em Salvador, foi músico, educador, compositor e arranjador, que deixou como legado um sem-fim de obras e trabalhos que marcaram definitivamente os caminhos da música baiana como conhecemos.

Letieres começa sua estrada na música desde cedo, fazendo parte da orquestra afro-brasileira do Colégio Severino Vieira, sob a direção da musicóloga Emília Biancardi. Se graduou em artes plásticas pela Universidade Federal da Bahia, e, dando início à sua carreira musical, realizou trabalhos junto a nomes conhecidos da música soteropolitana, como Gerônimo, Saul Barbosa, Cozinha Baiana e Andréa Daltro. Em 1986, ingressa no Conservatório Frantz Schubert, na Áustria, onde aprofunda ainda mais sua concepção musical e divide palco com grandes nomes da música instrumental mundial, participando de festivais de jazz mundialmente reconhecidos, como o Festival de Montreal e o Zurich Jazz Festival.

Durante sua formação, desenvolveu e elaborou - desde sua estadia na Europa, entre o Conservatório e as experiências trocadas com diversos instrumentistas do mundo todo - os fundamentos do que seria denominado por ele como "Universo Percussivo Baiano" (UPB). Tendo registrado em sua memória a riqueza e a complexidade dos ritmos afro-brasileiros executados nos terreiros de candomblé da Bahia e nos blocos afros do carnaval de Salvador, acumulou composições até que, depois de 10 anos vivendo na Europa, retornou à Bahia, trazendo o seu projeto de educação e pesquisa. Passou a fazer arranjos para vários artistas, sempre aplicando o

conceito do Sistema de Claves Rítmicas aprendido com os cubanos, que conheceu e com quem tocou na temporada europeia. Utilizando os toques e ritmos afro-brasileiros e suas variações com uma profundidade de percepção bastante apurada, constatou que o estudo do ritmo, com tal profundidade e consciência, desenvolve uma percepção mais apurada.

Em 2006, de volta ao Brasil, funda a Orkestra Rumpilezz, cuja formação traz, além dele, 19 músicos: cinco percussionistas (que tocam surdo, timbau, caixa, agogô, pandeiro, caxixi e atabaque) e 14 instrumentistas de sopro (quatro trombonistas, quatro trompetistas, um flautista, seis saxofonistas e uma tubista). O nome da banda expressa suas principais influências. A palavra "rumpilezz" junta o nome do três principais atabaques do candomblé (ru, rumpi e lé, que correspondem respectivamente aos tons grave, médio e agudo) com o "z" duplo do jazz norte-americano. O "k", em Orkestra, retoma o original etimológico grego. A música da Orkestra Rumpilezz realiza um diálogo de batidas do candomblé com as dinâmicas do jazz. Funda também o projeto Rumpilezzinho - Laboratório Musical, onde passa a atuar junto a jovens da cidade de Salvador e de todo Brasil, aplicando e colocando em prática todo acúmulo referente ao UPB.

Letieres partiu de forma inesperada, e não estávamos preparados para perdê-lo. Porém, aquilo que ele nos deixou é de uma grandeza tão incomensurável, que não parece nem que ele se foi, mas que continua aqui a nos guiar e nos orientar entre as Claves Rítmicas da música afro-brasileira. Agora, o Maestro rege dos céus os seus tambores, atabaques, saxofones e tubas, numa grande festa junto a todos seus ancestrais. E nós, aqui embaixo, aplaudimos uma última vez a sua obra.

ENEIDA DE MORAES - ENEIDA



Foto: Ron Koon / Anefo

Por Camila Oliver

No registro de nascimento, Eneida de Villas Boas Costa, após o casamento, Eneida de Villas Boas Costa de Moraes, na vida e na luta, plenamente, ENEIDA. Nasceu em Belém, no estado do Pará, em 23 de outubro de 1904, foi jornalista, escritora, mãe (de Lea e Octavio Sérgio), militante política, carnavalesca e pesquisadora.

Segundo Eunice Ferreira dos Santos (2005, p.99), Eneida foi uma “[...]mulher que rompeu, ou pelo menos afrontou, os padrões instituídos ao papel feminino de sua época, transitando em redutos considerados masculinos: a redação de jornais, a publicação de livros e a célula partidária”.

A sua entrega à revolução e à escrita teve o alto custo que os padrões sociais vigentes cobram às mulheres que ousam lutar. Além do preço de prisão, Eneida afastou-se dos seus filhos. Contudo, o círculo de amizades no meio cultural brasileiro a reaproximou do seu filho Octávio, o qual tornou-se jogador de futebol, chegando a jogar na seleção brasileira. De acordo com alguns relatos, Eneida assistiu, sem ser percebida, a alguns jogos que o filho disputara.

A transgressão acompanhou Eneida desde a sua infância. Aos sete anos, inscreveu-se em secreto para o concurso de escritores infantis promovido pela revista Tico-Tico. Seus familiares só tomaram conhecimento quando o seu conto sobre o lenhador, personagem folclórico da Amazônia, recebeu o prêmio e o nome de Eneida estampou a capa da revista.

A adolescência e início da juventude, de 1913 a 1918, Eneida passou no colégio interno Sion, no Rio de Janeiro, onde desenvolveu as suas habilidades na escrita do gênero epistolar, escrevendo cartas de amor em lugar

das suas colegas e nas longas cartas que trocava com a sua mãe Júlia. Estas cartas foram o embrião das crônicas que Eneida passou a escrever a partir de 1920.

Retornou a Belém em 1918, quando começavam a surgir em sua cidade as associações literárias, revistas e jornais, que culminaram com o ressurgimento da Academia Paraense de Letras e a fundação da Associação de Imprensa do Pará.

Assim, durante os anos 20 e 30, Eneida desenvolveu-se como escritora colaborando em jornais como o Estado do Pará, Para Todos (RJ), e nas revistas Guajarina, A Semana (onde escreveu com o pseudônimo “Miss Felicidade”) e Belém Nova.

A década de 1920 foi de efervescência social, política e cultural no Brasil. Década da fundação do Partido Comunista do Brasil, Coluna Prestes, Semana de Arte Moderna de 1922, popularização do futebol e o primeiro desfile de uma Escola de Samba. Nesta ebulição, Eneida, reunida na “Academia ao ar livre”, debatia com outros grandes nomes da cena literária e cultural: Edgar Proença, Raul Bopp e Paulo de Oliveira. Nesse período, escreveu também para a revista Antropofagia, dirigida por Oswald, na qual publicou dois poemas: Banho de Cheiro e Assahi. O seu primeiro livro, uma coletânea de poemas, Terra Verde, foi publicado em 1929.

Em 1930, recebeu o prêmio “Muiraquitan” por sua participação nos movimentos literários de seu Estado. Neste mesmo ano, passou a residir no Rio de Janeiro, filiando-se, em 1932, ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Com escrita dedicada à crônica e ao conto, por sugestão da sua amiga Eugênia Moreyra, adotou o nome literário de militante política, Eneida (sem os sobrenomes do pai

MEMÓRIA

ou do marido). Era declaradamente marxista: “A primeira vez que li o manifesto comunista de Marx e Engels, fui tomada de um entusiasmo tão grande que cada uma de suas palavras repercutia profundamente dentro de mim”. (Banho de Cheiro, 1962: 72). E: “...adquiri uma ideologia, tracei friamente o meu caminho e fui por ele, certa de estar certa...” (Carta Testamento – 1969).

Intelectual orgânica, com convicção e disciplina partidária, Eneida liderou greves e manifestações contra o sistema capitalista e as opressões do governo Brasileiro. Envolveu-se diretamente nas revoluções de 1932 e 1935, o que a fez residir provisoriamente em São Paulo, pois, o partido avaliava que esta cidade seria um terreno fértil para a luta operária. Em São Paulo, Eneida atuava na agitação e propaganda, além da redação e distribuição dos panfletos e tabloides. Esta atuação rendeu-lhe 11 prisões durante o Estado Novo, torturas, clandestinidade e exílio. Foi na prisão que conheceu Olga Benário e Graciliano Ramos, que a imortalizou em Memórias do Cárcere.

A sua militância política foi incansável: participou ativamente da Aliança Nacional Libertadora e da União Feminina do Brasil. Em 1936, quando o cerco se fechou no em torno das principais lideranças do movimento, Eneida foi detida no pavilhão dos primários, onde compartilhou espaço com outras vinte e quatro mulheres. Um dos seus escritos mais conhecidos deste período é Companheiras:

Éramos vinte e cinco mulheres presas políticas numa sala da Casa de Detenção, Pavilhão dos Primários, 1935, 1936, 1937, 1938. Quem já esqueceu o sombrio fascínio do Estado Novo com seus crimes, perseguições, assassinatos, desaparecimentos, torturas?

Desta prisão, Eneida foi absolvida em 1937 pelo Tribunal de Segurança Nacional, porém, voltou a ser presa seguidas vezes. Dez anos depois, em 1947, passou a colaborar com o jornal *Momento Feminino*, participando do primeiro congresso de escritores e da fundação da União Brasileira de Escritores.

Em 1950, Eneida exilou-se em Paris, na França. De lá, escreveu colunas para *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Senhor*, *Manchete* e outros periódicos. Iniciou também no exílio o vínculo com o *Diário de Notícias*, publicando a coluna “Encontro Matinal”, o qual estendeu-se até seu falecimento em abril de 1971.

Na segunda metade da década de 1950, Eneida aproximou-se mais do carnaval carioca. Tornou-se salgueirense e idealizou o Baile do Pierrô. Em 1965, o enredo da escola de samba Salgueiro teve como base o seu livro: *História do Carnaval Carioca* (1958). Com Eneida desfilando na ala dos pierrôs, o Salgueiro foi campeão. Esta escola de samba criou ainda um outro enredo em homenagem à Eneida, em 1973, “Eneida, amor e fantasia”, com o qual conquista o terceiro lugar no desfile.

Eneida faleceu, no Rio de Janeiro, no dia 27 de abril de 1971, deixando-nos um grande legado de rupturas com os códigos patriarcais, militância política e produção literária. No conjunto da sua vasta obra, é salutar que des-

taquemos dentre o expressivo número de crônicas militantes: *Cão da madrugada* (1954); *Aruanda* (1957) e *Banho de cheiro* (1962).

Referências:

Moraes, Eneida de. *Cão da madrugada*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954.

_____. *Aruanda*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957.

_____. *Banho de cheiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. “Autocrítica”. *A Província do Pará*, Belém, 03/09/1967. 2º. cad., p. 2.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. Eneida de Moraes: Militância e Memória. *Em Tese*. Belo Horizonte, v. 9, pp. 99-106, dez. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emttese/article/view/3539>. Consultado em: 24/11/2021.

_____. Nas tramas da memória: a cronista e militante Eneida de Moraes. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, UNB, nº 32, pp. 69-76, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9568> Consultado em: 24/11/2021

FILHO, Raul Milliet (2021). Os Caminhos de Eneida. *Precursora na luta pelos direitos das mulheres no Brasil*. Disponível em: <https://www.deixafalarmegafone.com.br/post/os-caminhos-de-eneida>. Consultado em: 25/11/2021.

